

Revista 126: Editorial José Carlos Martins

18 Setembro, 2025



O resultado das eleições legislativas e o novo figurino do Parlamento

Não me compete tecer quaisquer comentários sobre a escolha dos portugueses nas urnas, mas devo partilhar convosco algumas preocupações e implicações no mundo do trabalho, também na Enfermagem.

É factual que, ao longo dos últimos anos, têm sido os partidos de esquerda que mais propostas legislativas têm apresentado para resolver os problemas dos trabalhadores. Nessas propostas, naturalmente, incluem-se a melhoria dos serviços públicos, do Serviço Nacional de Saúde, da escola pública, da Segurança Social, etc.

A defesa dos serviços públicos é uma questão ideológica, mas não pelas razões que alguns tentam invocar, dando-lhe um cariz de negatividade.

Foram os serviços públicos que permitiram, por exemplo, que os filhos dos “pobres” tivessem igualdade de oportunidade no acesso a uma formação académica – licenciatura, mestrado e doutoramento -, e, outro exemplo, que todos tivéssemos acesso a cuidados de saúde, incluindo a vacinação, que permitiu a diminuição da mortalidade infantil de forma drástica após o 25 de Abril. Muitos não teríamos sobrevivido à infância... e muitos nunca seríamos enfermeiros!

Por outro lado, sem uma Segurança Social pública, composta pelo dinheiro que trabalhadores e patrões descontam, não poderíamos sequer almejar ter uma reforma digna, como aliás não tinham ou têm os nossos avós, não teríamos subsídios quando estamos de baixa, seja por doença ou paternidade, e não haveria forma de pagar, por exemplo, os layoff como aqueles que aconteceram durante a pandemia, ou os subsídios de desemprego

quando as empresas encerram as portas (mesmo que depois abram com outro nome).

Os partidos mais votados nestas eleições apresentaram propostas nos seus programas eleitorais com as quais nos devemos preocupar.

Na saúde, o anúncio do anterior Governo e dos partidos políticos que o sustentavam, e que agora está reforçado pelo aumento do número de deputados, é esperado que avancem com a gestão privada de instituições públicas (hospitais e centros de saúde), assim como a criação de USF modelo C.

Sobre as PPP, nunca é demais reafirmar que as que existiram não acabaram por decisão de nenhum Governo. Só aconteceu porque os parceiros privados pretendiam renegociar os contratos-programa aos quais estavam “amarrados” e serem eles a determinar os preços a serem pagos pelo Estado. Um perigo!

Lembram-se do que aconteceu com as hemodiálises? Primeiro, parecia ser vantajoso e o SNS foi diminuindo a sua capacidade de resposta. Quando já não tinha qualquer capacidade, o privado impôs os seus preços e as suas condições.

O mesmo acontecerá caso a proposta do PSD, CDS, IL e CH avance – e, não nos enganemos, tudo farão para que avance. O objetivo destes partidos não é, como dizem, melhorar as condições de acesso à saúde dos portugueses. O seu primeiro e único objetivo é garantir mais lucro aos grandes grupos económicos, neste caso da saúde. É também por isso que apresentam propostas para diminuir os impostos aos que mais ganham, como se vê, por exemplo, no fim da progressividade do IRS.

E importa questionarmo-nos como será a relação jurídica de emprego dos enfermeiros que estejam a trabalhar nestas instituições.

No trabalho, é certo que aparecerão propostas de alteração da legislação do trabalho. São várias as vezes que já anteriormente se tinham levantado sobre a necessidade de flexibilizar esta legislação, incluindo vindas da União Europeia.

O suposto problema da produtividade não decorre dos trabalhadores. Decorre da existência de um tecido empresarial composto maioritariamente por pequenas e médias empresas, por falta de formação de muitos dos empresários e por ausência de inovação nos processos de trabalho. Nenhum destes fatores está dependente dos trabalhadores.

É por isso uma falácia a necessidade de alterar a legislação laboral. No fundo, o que aquelas vozes pretendem é desregular ainda mais as condições de trabalho, explorar ainda mais os trabalhadores, impondo ritmos mais desajustados e jornadas de trabalho mais longas, e não ser obrigados a negociar Acordos de Empresa ou Contratos Coletivos de Trabalho.

A velha máxima de “trabalhadores, uni-vos!” nunca foi tão apropriada.

A última preocupação, que vai ter impacto na vida de todos nós. O apelo ao medo generalizado, materializado no “precisamos de nos defender”, é o que precisam para que ninguém questione os muitos milhões de euros que pretendem desviar, direta e indiretamente, dos nossos bolsos.

Diretamente porque deixará de haver dinheiro disponível para aumentar salários e porque é expectável que os bens essenciais continuem a aumentar.

Indiretamente porque haverá menos dinheiro para o que realmente garante segurança às pessoas: um serviço público de saúde que responda no momento em que precisamos, creches e escolas públicas, assim como universidades, que garantam a educação dos nossos jovens. Uma Segurança Social que garanta que ninguém,

seja por doença, incapacidade, desemprego, deixará de ter condições para viver.

Os anos vindouros vão ser desafiantes. Estaremos mais preparados para lutar e continuar a exigir mais e melhores condições de vida e de trabalho se estivermos informados e organizados.

É este o caminho que continuaremos a prosseguir, e por isso já entregámos o nosso Caderno Reivindicativo ao Governo.

No imediato, exigimos que sejam pagos os retroativos desde 2018. A propriedade que sempre tivemos relativamente a esta exigência foi reforçada pelo entendimento de concordância do Tribunal Constitucional ao que sempre fundamentámos.

Continuemos!

José Carlos Martins

Presidente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses

A edição 126 da “Enfermagem em Foco” está disponível [aqui](#).